



*Desafios de uma sociedade
digital nos Sistemas Produtivos e
na Educação*



Vestibular digital: análise do perfil socioeconômico dos ingressantes nos cursos superiores de tecnologia da FATEC

Lucileila do Rosário Queiroz¹, Sergio Pamboukian², Roberto Kanaane³, Luciano José Dantas⁴, Margarida Terada⁵

Resumo – O artigo tem por objetivo verificar se as alterações nos critérios de seleção do vestibular do 2º semestre/2020 ampliaram o acesso às Faculdades de Tecnologia (FATEC) dos alunos egressos de escolas públicas e de menor renda familiar. Para tanto foi elaborado um questionário por meio do *Google Forms* e enviado eletronicamente aos candidatos aprovados no vestibular e aos alunos já matriculados. Os resultados demonstraram que as mudanças no vestibular colaboraram para elevar o percentual de alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda familiar no quadro de discentes das FATEC. Desta forma, conclui-se que o modelo de processo seletivo utilizado democratizou o acesso ao ensino superior para as camadas de renda familiar mais baixas.

Palavras-chave: Vestibular; Tecnólogo; Inclusão Social; Ensino Público.

Abstract - *The article aims to verify if the changes in the selection criteria for the 2nd semester/2020 entrance exam expanded the access to FATEC, for students graduating from public schools and with lower family income. For this purpose, a survey was elaborated through Google Forms and sent electronically to candidates approved in the entrance exam and to students already enrolled. The results showed that the changes in the entrance exam helped to increase the percentage of students graduating from public schools and of low family income in the FATEC student board. Thus, it is concluded that the selection process model used democratized access to higher education for the lower income groups.*

Keywords: *Entrance Exam; Technologist; Social Inclusion; Public Education.*

¹ Centro Paula Souza - lucileila.gpcps@gmail.com

² Centro Paula Souza – sergio.pamboukian@cpspos.sp.gov.br

³ Centro Paula Souza - kanaanhe@gmail.com

⁴ Centro Paula Souza - luciano.dantas@fatec.sp.gov.br

⁵ Centro Paula Souza - margeaux65@gmail.com

1. Introdução

Os cursos superiores de tecnologia foram criados para atender à necessidade de formação da classe trabalhadora, preparando-a mais rapidamente para o mercado de trabalho. Vicente (2020) entende que, mesmo com o aumento da mão-de-obra disponível, e conseqüentemente, com a redução de remuneração da força de trabalho, houve por parte dos estudantes das classes menos favorecidas a preocupação de buscar sua formação contínua, a fim de possibilitar uma colocação profissional, incluindo assim, o ingresso em um curso superior. Desta forma, foi incentivada a ampliação dos cursos tecnológicos, como forma de inclusão dos jovens trabalhadores no ensino superior, que visavam maior qualificação profissional e ao mesmo tempo objetivavam o aumento da produtividade por meio da maior especialização da força de trabalho.

Mesmo com a ampliação da oferta de cursos e número de vagas oferecidas, a demanda era muito maior do que as Instituições de Ensino Superior conseguiam atender, principalmente as públicas, pois ofertavam cursos gratuitos. Por isto, a forma que as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas utilizavam para a seleção dos novos alunos era por meio do exame vestibular. Nesse sentido, até o primeiro semestre de 2020, os processos seletivos das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC) seguiam o mesmo formato, realização de prova e elaboração de redação, mas devido ao COVID-19⁶, o processo de seleção dos candidatos substituiu os critérios de aprovação e classificação, para análise do rendimento escolar dos candidatos, obtido no Ensino Médio, considerando as disciplinas matemática e língua portuguesa (SÃO PAULO, 2020). Outra alteração foi a redução em cerca de 50% no valor da taxa de inscrição.

A alteração do vestibular das FATEC tem sido discutida por docentes, gestores, bem como em outros trabalhos acadêmicos (PAMBOUKIAN, 2018). Desta forma, identificou-se uma lacuna visando pesquisar os impactos trazidos por alterações no processo seletivo das FATEC e se ampliariam o número de discentes egressos de escolas públicas e de menor renda familiar. Dado que todo o processo foi realizado eletronicamente, desde o preenchimento da ficha de inscrição, englobando o pagamento da taxa, o envio da documentação necessária, a divulgação dos aprovados e a própria matrícula, tal modelo de processo seletivo pode ser considerado como um vestibular digital.

Diante deste contexto, pergunta-se: As alterações no processo seletivo das FATEC para o segundo semestre de 2020 contribuíram para a ampliação do número de discentes egressos de escolas públicas e de menor renda familiar?

O presente estudo possui como objetivo geral verificar se as alterações no processo seletivo das FATEC para o segundo semestre de 2020 contribuíram para

⁶ “Coronavírus é um vírus zoonótico, um RNA vírus da ordem *Nidovirales*, da família *Coronaviridae*. Esta é uma família de vírus que causam infecções respiratórias, os quais foram isolados pela primeira vez em 1937 e descritos como tal em 1965, em decorrência do seu perfil na microscopia parecendo uma coroa” (LIMA, 2020, p. 2).

a ampliação do número de discentes egressos de escolas públicas e de menor renda familiar. Como objetivos específicos, propõe-se:

- identificar a incidência de estudantes concluintes do ensino médio, oriundos de escolas públicas que participaram do processo seletivo do segundo semestre/2020 das FATEC e que foram aprovados;
- verificar o perfil socioeconômico dos discentes, a partir dos indicadores de renda familiar e grau de instrução dos pais.

2. Influência das características socioeconômicas dos estudantes no resultado do exame vestibular para ingresso nos cursos superiores de tecnologia da FATEC

Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), houve uma flexibilização dos processos seletivos para ingresso nas IES, deixando de ser o vestibular (na modalidade tradicional por meio de realização de prova presencial) a única forma possível (BACCARO, SHINYASHIKI, 2014; BARROS, 2014; SILVA et al, 2017).

Segundo Silva et al (2017, p. 301), “as mudanças nos processos seletivos de ingresso aos cursos superiores, nas últimas décadas, foram substanciais, especialmente no concernente ao processo de democratização da IES”. Os autores defendem também que o processo seletivo “precisa garantir que cidadãos, especialmente oriundos das classes menos privilegiadas da sociedade, tenham igualdade de condições para competirem por vagas para continuarem os estudos” (SILVA et al, 2017, p. 302).

Com a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei 13.005/2014, houve por parte do governo a preocupação de ampliar o acesso da população com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos ao ensino superior, tanto que traz como meta 12 a elevação para 50% da taxa de matrícula na educação superior.

Como forma de democratizar o acesso ao ensino superior e aumentar as oportunidades de continuação dos estudos pelos estudantes das classes sociais menos favorecidas, foram criadas outras formas de ingresso nas IES, além dos métodos tradicionais de seleção (por meio de aplicação de provas presenciais), como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), o FIES (Fundo de Financiamento do Ensino Superior) e o SiSU (Sistema de Seleção Unificada)⁷ (RISTOFF, 2014).

⁷ O PROUNI, criado pela Lei 11.096/05 oferece bolsa de estudos total para estudantes com renda de até 1,5 salário-mínimo e parcial para os com renda até 03 salários mínimos. O FIES, criado pela Lei 10.260/01, concede financiamento das mensalidades aos estudantes de cursos superiores, onde o Governo Federal paga a mensalidade à IES e depois da conclusão do curso, o estudante começa a pagar ao Governo, em parcelas mensais. Já o SiSU é um sistema gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), criado por meio da Portaria 21 de 05/11/12, onde os estudantes são selecionados, de acordo com a nota que tiraram no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), para estudar nas IES que participarem do programa (BRASIL, 2001; LI, 2016; RISTOFF, 2014).

Observando o censo educacional realizado pelo INEP verifica-se que entre os anos 2008 e 2018 houve um aumento em 44,6% das matrículas no ensino superior. Ao analisar os cursos superiores de tecnologia, percebe-se que o aumento foi de mais de 103%, demonstrando que houve ampliação do número de matrículas. No entanto, em 2018 as vagas em IES públicas representavam pouco mais de 15% do total das matrículas realizadas (INEP, 2019).

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de nível superior que possuem duração menor que os cursos regulares de graduação. Eles surgiram para preencher nas organizações, uma lacuna que se formou entre os profissionais graduados, que executavam trabalhos de maior responsabilidade e complexidade e a força de trabalho, responsável pela realização das atividades operacionais (BRASIL, 2002).

Mesmo com a implementação das políticas educacionais, na prática observou-se que as Instituições de Ensino, em especial as públicas, ainda não são suficientes para atender a demanda pelos cursos superiores, pois os estudantes das classes populares geralmente não dispõem de recursos financeiros para custear os cursos em IES particulares, mesmo com o incentivo governamental do FIES, porque dependem de sua renda mensal para sua subsistência, por isto optam por prestar vestibular em IES públicas.

As FATEC foram criadas para ofertar cursos superiores de tecnologia e são vinculadas ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETPS). São faculdades públicas e gratuitas, o que gera grande procura por seus cursos, demandando a necessidade de realização de exame vestibular para a formação de turmas ingressantes. Até o primeiro semestre de 2020, o processo seletivo utilizado pelas FATEC era do modelo tradicional, com aplicação de provas presenciais. Com o distanciamento social imposto pelas autoridades governamentais para enfrentamento da pandemia do COVID-19, as FATEC modificaram o vestibular do segundo semestre do ano, passando a ser por análise das notas das disciplinas matemática e português que o candidato obteve no Ensino Médio (SÃO PAULO, 2019; SÃO PAULO, 2020).

Essa modificação do processo classificatório, além de atender às determinações governamentais de distanciamento social, abriu margem a outras discussões relacionadas à forma de ingresso dos estudantes no ensino superior, como a questão do equilíbrio entre candidatos de níveis sociais diferentes.

Alguns autores, como Silva et al (2017) e Ristoff (2014) defendem que os exames vestibulares “privilegiam” alunos egressos de escolas particulares, por causa do teor e grau de conhecimento exigidos, sob a argumentação de que o nível de ensino das escolas particulares é maior do que o das escolas públicas.

Silva et al (2017) afirmam também que as condições socioeconômicas são fatores que impactam no sucesso ou no fracasso do candidato a ingresso em uma IES, não somente no momento de prestar o vestibular, mas em toda a vida acadêmica, desde a educação básica. Segundo os autores,

Um dos problemas relacionados à má formação dos discentes na educação básica pode estar relacionado ao baixo capital cultural desses estudantes. As diferenças nas condições de aprendizagem entre aprendizes das classes mais pobres que frequentam as escolas públicas e os educandos das classes mais abastadas que frequentam as escolas

particulares são gigantescas. Tais situações comprometem a sua formação básica, podendo inviabilizar o prosseguimento de seus estudos (SILVA et al, 2017, p. 305).

Ainda neste sentido, Barros (2014) alega que há circunstâncias que influenciam a vida escolar dos alunos e impactam no seu desempenho. Estas circunstâncias os tornam futuros candidatos de vestibulares, com formações culturais, sociais e educacionais completamente diferentes e que são avaliados por um mesmo instrumento de avaliação, que geralmente não considera essas diferenças pessoais. Segundo o autor, o critério de classe social, individualmente, não é suficiente para determinar os motivos de “fracasso” ou “sucesso” de um estudante durante sua vida escolar. Ele discorre sobre uma série de motivos que impactam profundamente nos resultados dos estudantes. Dentre esses motivos, merecem destaque os seguintes (BARROS, 2014):

- nas escolas não há competições igualitárias, pois os estudantes têm formações culturais diferentes e são influenciados por contextos econômico, social e familiar distintos, por isto, os resultados escolares não podem ser atribuídos somente às diferenças de capacidade;

- os pertencentes às classes populares esperam que seus filhos estudem somente para conseguir a sua manutenção ou ter um nível socioeconômico maior do que seus pais, por isto, as carreiras mais procuradas seriam aquelas mais curtas, que possibilitasse mais rapidamente o exercício profissional; as classes médias, com sua ânsia de maior ascensão social, tende a investir um pouco mais na escolarização dos filhos; já a elite econômica e social faz grandes investimentos na escola.

Lima, Días e Fonseca Jr (2017) afirmam o nível de escolaridade dos pais bem como a prática de hábitos culturais com ler livros ou visitar cinemas e teatros, podem contribuir para uma maior dedicação dos filhos aos estudos, ou seja, quanto maior o nível escolar e cultural dos pais, maior será a capacidade dos filhos.

Segundo Barros (2014), o ensino das escolas é voltado a preparação dos estudantes para o vestibular, ou seja, as disciplinas ministradas muitas vezes não têm nenhuma conexão com a vida cotidiana do estudante e só fazem parte da grade curricular porque são requeridas nos processos seletivos de ingresso nas IES. O autor alega ainda que essa modalidade de seleção, focada nas disciplinas dos Ensinos Fundamental e Médio, não leva em consideração o histórico escolar do aluno que, embora tenham alcançado boas notas em sua vida estudantil, no dia da realização da prova do vestibular podem ficar nervosos, sofrer fortes sensações de estresse e ansiedade devido as expectativas familiares que recaem sobre eles ou apresentar baixa autoestima, pois muitos sequer acreditam em sua própria capacidade de passar no exame, pois concorrem com alunos de outras escolas. (BARROS, 2014).

Os critérios de seleção do vestibular considerando as notas do ensino médio, a princípio poderiam ser considerados como meios eficazes para promover a equidade no ingresso as IES, haja vista considerar o desempenho dos candidatos durante sua vida acadêmica e não somente o resultado da realização de uma prova igual, para todos os candidatos, sem se considerar as diferentes características dos candidatos.

Este estudo analisa se as mudanças no processo seletivo colaboraram para ampliar o acesso na FATEC de candidatos pertencentes às camadas sociais mais baixas e, conseqüentemente, do número de alunos egressos de escolas públicas.

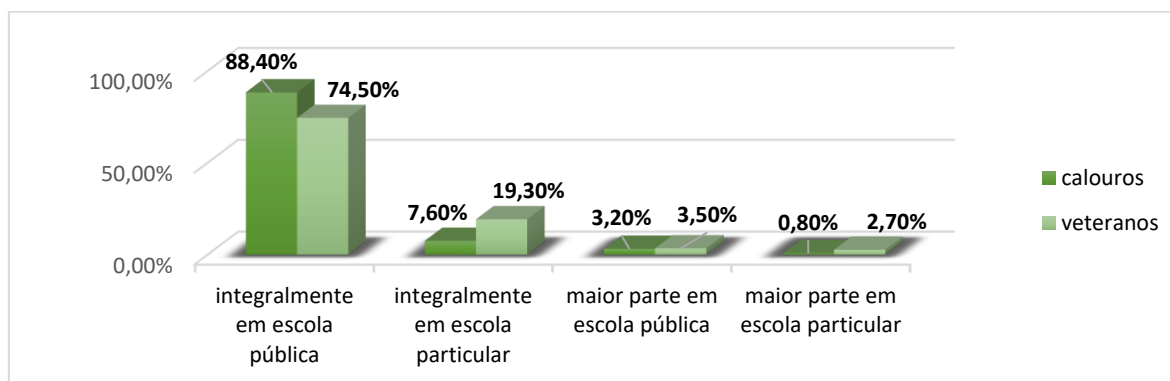
3. Método

Foi realizada uma pesquisa quantitativa, de natureza exploratória e com abordagem descritiva, que “busca especificar as propriedades importantes de pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que seja submetido a análise” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 45). Para a fundamentação teórica foi adotada pesquisa bibliográfica, que segundo Vergara (2014, p. 43) “é o estudo sistemático desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de um questionário elaborado via *Google Forms* e distribuído eletronicamente aos discentes das FATEC, obtendo-se 1208 respostas (destas, 383 de ingressantes no segundo semestre de 2020 e 925 de alunos que já eram estudantes). A amostra utilizada foi não probabilística, por acessibilidade dos pesquisadores. Os resultados da pesquisa foram tabulados, calculados os percentuais e retratados por meio de gráficos. A título de diferenciação, este estudo considerará como “calouros”, os alunos que ingressaram nas FATEC no 2º semestre de 2020 e como “veteranos”, aqueles que ingressaram por meio dos vestibulares anteriores.

4. Resultados e Discussão

Com respeito a questão de pesquisa, apresenta-se no gráfico 1 os dados que categorizam os calouros do 2º Semestre de 2020 e os veteranos, pelo tipo de estabelecimento onde foi cursado o ensino médio:

Gráfico 1 – Ensino médio



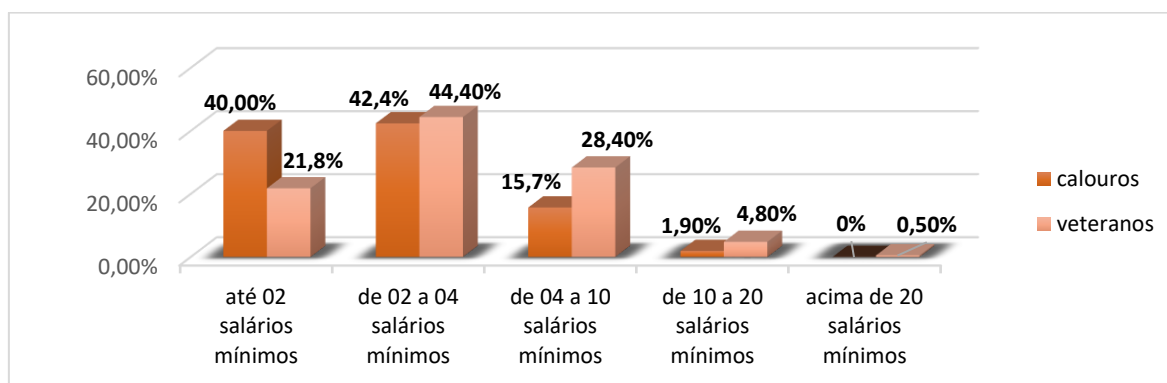
Fonte: dados da pesquisa

Observando-se os dados, percebe-se que 88,4% dos calouros cursaram o ensino médio integralmente em escola pública, enquanto que, dos veteranos, o percentual apresentado foi 74,5%. Da mesma forma, percebe-se que 7,6% dos calouros cursaram o ensino médio integralmente em escola particular enquanto que o percentual de veteranos foi 19,3%. Pode-se perceber então, que no vestibular do 2º semestre de 2020 ocorreu uma maior participação de calouros oriundos de escolas públicas.

Mesmo com uma diferença de quase 14% do número de calouros, considerando-se o número dos veteranos, percebe-se que não há uma alteração acentuada no número de discentes egressos de escolas públicas, porque a maioria dos alunos veteranos já era oriunda de instituições públicas (74,5%). Este resultado corrobora a visão contida no Parecer CNE/CP 29/02 de que os cursos superiores de tecnologia foram formatados para atender às classes mais baixas da sociedade, cujos filhos precisavam ser qualificados para o trabalho mais rapidamente, bem como a visão de que os bacharelados estavam reservados à elite, pois demandavam um tempo maior de preparação. Como a elite detinha maiores recursos financeiros, propiciava a seus filhos, melhores condições de estudo em escolas particulares (BRASIL, 2002). Esta afirmativa explica o perfil dos discentes da FATEC, cujos cursos são tecnológicos, de duração menor do que os cursos de bacharelado. Esta perspectiva também pode ser observada no gráfico 2 onde 82,4% dos calouros e 66,2% dos veteranos informaram que a renda familiar era de até 04 (quatro) salários mínimos.

Verificando-se as respostas sobre a renda familiar entre os calouros e veteranos (gráfico 2), tem-se que:

Gráfico 2 – Renda familiar mensal



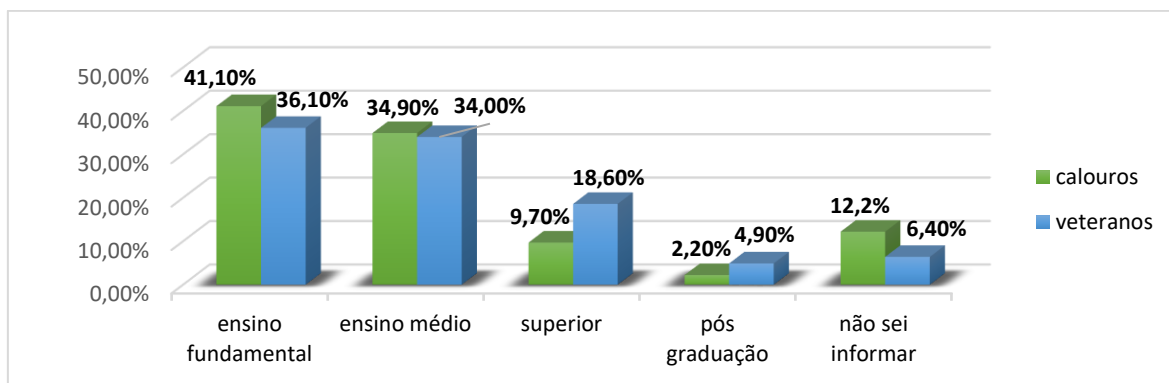
Fonte: dados da pesquisa

Por meio do gráfico 2, constata-se que a renda familiar de até 2 salários mínimos foi respondida por 40% dos calouros e 21,8% dos veteranos; 15,7% dos calouros responderam que a renda familiar é de 04 a 10 salários mínimos, enquanto que para os veteranos tem-se 28,40%. Quanto a renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos, 1,9% dos calouros e 4,8% dos veteranos assinalaram que a possui e 0,5% dos veteranos afirmaram que sua renda familiar é acima de 20 salários mínimos.

As respostas sobre o grau de instrução dos pais estão demonstradas nos gráficos 3 e 4. Com relação a este quesito, obteve-se que 41,1% dos pais e 44,9%

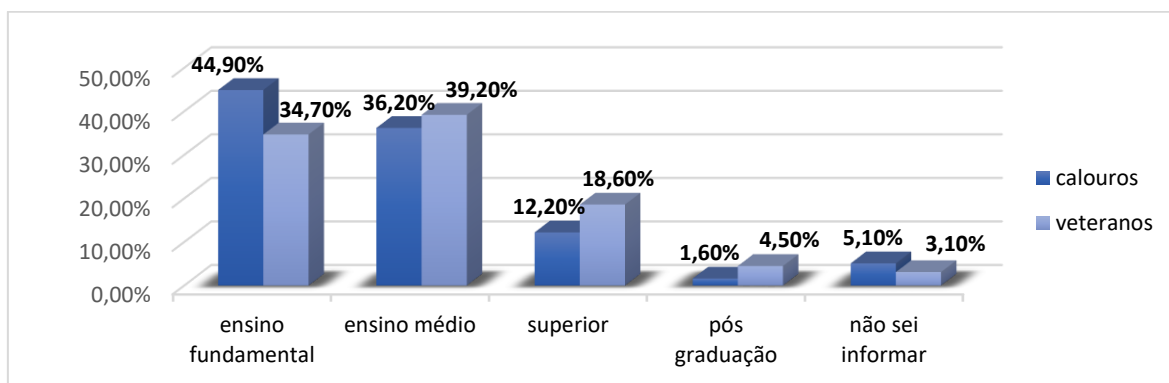
das mães dos calouros possuem até o ensino fundamental, enquanto que 36,1% dos pais e 34,7% das mães dos veteranos apresentaram este grau de instrução. No maior nível de escolaridade, tem-se que 2,2% dos pais e 1,6% das mães dos calouros possuem pós-graduação, enquanto que 4,9% dos pais e 4,5% das mães dos veteranos são pós-graduados.

Gráfico 3 – Grau de Instrução dos pais



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 4 – Grau de Instrução das mães



Fonte: dados da pesquisa

Este resultado, junto com o resultado sobre a renda familiar, permite entrever o posicionamento de Barros (2014), pois segundo ele, os pertencentes às classes sociais mais baixas procuram carreiras mais curtas, para que possam se qualificar mais rapidamente, garantir sua manutenção e alcançar um nível socioeconômico maior do que seus pais.

5. Considerações Finais

O problema de pesquisa do presente estudo foi respondido e o objetivo geral atingido ao demonstrar-se que o percentual de discentes que ingressaram nas FATEC no 2º semestre de 2020, oriundos de instituições públicas e pertencentes

às classes sociais mais baixas, foi maior do que o percentual dos que ingressaram pelos vestibulares anteriores.

Os objetivos específicos também foram alcançados, pois foi verificada a incidência dos estudantes aprovados no processo seletivo do 2º semestre de 2020, que estudaram o ensino médio em instituições públicas e foi apresentado o perfil socioeconômico dos discentes, considerando-se a renda familiar e o grau de instrução dos pais dos respondentes.

Conclui-se que as mudanças no vestibular das FATEC contribuíram para ampliar o percentual de alunos egressos de escolas públicas e de baixa renda familiar no quadro de discentes das FATEC, conseqüentemente, este modelo de processo seletivo pode ser considerado como uma alternativa de acesso ao ensino superior, que não se atenta somente ao resultado obtido pelos candidatos em uma prova, mas analisa o desempenho que eles tiveram durante todo o ensino médio.

Este estudo limitou-se a analisar as variáveis “estudo em escola pública”, “renda familiar” e “grau de instrução dos pais” dos discentes. Existem outras variáveis que impactam o desempenho dos candidatos no vestibular, como “qualidade das escolas secundárias” (públicas e privadas) e “critérios de avaliação dos alunos”, que não foram abordados neste estudo, mas que, sendo objeto de estudos futuros, poderão contribuir para um melhor entendimento dos impactos das mudanças dos critérios de seleção utilizados no vestibular do 2º semestre de 2020 das FATEC. Propõem-se também para futuros estudos, além de ampliar as variáveis que podem influenciar na performance dos candidatos do vestibular, realizar novas pesquisas sobre a temática, ou seja, investigar a opinião dos discentes quanto à mudança nos critérios de seleção e as razões que levaram os candidatos aprovados no processo seletivo a participar do vestibular.

Referências

BACCARO, Thais Accioly; SHINYASHIKI, Gilberto Tadeu. Relação entre desempenho no vestibular e rendimento acadêmico no ensino superior. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 15, n. 2, p. 165-176, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2030/203040852007.pdf>>. Acesso em 02/09/2020.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Vestibular e Enem: um debate contemporâneo. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 22, n. 85, p. 1057-1090, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3995/399534056009.pdf>>. Acesso em 29/08/2020.

BRASIL. Lei 10.260 de 12 de julho de 2001. *Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em 14/09/2020.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 14/09/2020.

_____. Parecer CNE/CP 29/02. *Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnológico*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer292002.pdf>. Acesso em 21/07/2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em 02/09/2020.

LI, Denise Leyi. O novo Enem e a plataforma Sisu: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. 2016. *Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica)* - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-23112016-094256/pt-br.php>>. Acesso em 01/09/2020.

LIMA, Alex Felipe Rodrigues; DÍAZ, Mario Ernesto Piscoya; JÚNIOR, Sergio Borges Fonseca. As condições socioeconômicas e sua relação com o sucesso no vestibular: evidências a partir do processo seletivo da Universidade Federal de Goiás. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, v. 3, n. 1, p. 36-50, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/reoeste/article/view/46675>>. Acesso em 13/09/2020.

LIMA, Claudio Márcio Amaral de Oliveira. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). *Radiol Bras*, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 5-6, abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-39842020000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25/09/2020.

PAMBOUKIAN, S. As competências requeridas no século XXI dos egressos dos cursos superiores de tecnologia da FATEC-SP. São Paulo: CEETEPS, 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 2018.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 19, n. 3, p. 723–747, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 01/09/2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, M. D. P. B. *Metodologia de la Investigación*. 4. ed. México: Mc Graw-Hill, 2006.

SÃO PAULO. Portaria CEETEPS-GDS 2717 de 11 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://fatweb.s3.amazonaws.com/vestibularfatec/documentos/1SEM-20/Portaria-CEETEPS-GDS-2717-2019.pdf>>. Acesso em 01/09/2020.

_____. Portaria CEETEPS-GDS 2838, de 06 de julho de 2020. Disponível em: <<https://fatweb.s3.amazonaws.com/vestibularfatec/documentos/2SEM-20/Portaria-CEETEPS-GDS-2838-2020.pdf?v=202021>>. Acesso em 01/09/2020.

SILVA, Rosa Maria Segalla et al. Democratização do ensino superior: no contexto da educação brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 12, n. 1, p. 294-312, 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6202782>>. Acesso em 30/08/2020.

VERGARA, S.C. *Projetos de relatórios de pesquisa em Administração*. 15. ed. - São Paulo: Atlas, 2014.

VICENTE, Zuleica Cristina Mizael. Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil—Origem e Atualidade. *Revista Fim do Mundo*, n. 01, p. 72-85, 2020. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/RFM/article/view/10210>>. Acesso em 25/09/2020.